

COMITÊ DAS PRESTADORAS DE PEQUENO PORTE - CPPP
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

DATA: 27 de outubro de 2022.

HORÁRIO: 14h30 às 17h30.

LOCAL: Agência Nacional de Telecomunicações – SAUS Quadra 06, Bloco H, 11º Andar, Ala Norte.

MEMBROS EFETIVOS DO CPPP PRESENTES:

- 1- Emmanoel Campelo de Souza Pereira, Conselheiro da Anatel e Presidente do CPPP;
- 2- Basílio Rodriguez Perez, representante da ABRINT (participação remota);
- 3- Edmundo Antônio Matarazzo, representante da ABRANET;
- 4- Fabiano André Vergani, representante da INTERNETSUL;
- 5- Robson Lima da Silva, representante da ABRAMULTI;
- 6- Tomas Henrique Fuchs, representante da TELCOMP;
- 7- Cristiana Camarate Silveira Martins Leão Quinalia, Superintendente de Relações com Consumidores – SRC;
- 8- Nilo Pasquali, Superintendente de Planejamento e Regulamentação da Anatel – SPR e Secretário do CPPP;
- 9- Vinícius Oliveira Caram Guimarães, Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação – SOR;
- 10- Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo, Diretor do Departamento de Aprimoramento do Ambiente de Investimento em Telecomunicações do Ministério das Comunicações.

OUTROS PARTICIPANTES:

- 1- Hélio Maurício Miranda da Fonseca, representante substituto do Ministério das Comunicações (participação remota);
- 2- Ivonei Dores Lopes, representante substituto da INTERNETSUL;
- 3- Luiz Henrique Barbosa da Silva, representante substituto da TELCOMP;
- 4- João Marcelo Azevedo Marques Mello da Silva, Superintendência de Controle de Obrigações – SCO;
- 5- Raquel Joyce Araujo da Silva Salgado, Gerência de Monitoramento das Relações entre Prestadoras – CPRP;
- 6- Felipe Roberto de Lima, Gerente de Regulamentação – PRRE;
- 7- Lauro Leandro Rutkowski, Assessoria de Comunicação Social – APC;
- 8- Otto Fernandes Solino, Gabinete do Conselheiro Artur Coimbra;
- 9- Adalberto Domingos Villar, Gabinete do Conselheiro Emmanoel Campelo/ANATEL;

ASSUNTOS:

1. Abertura

O **Conselheiro da Anatel Emmanoel Campelo de Souza Pereira, Presidente do CPPP**, abriu a reunião, agradecendo a presença dos membros do Comitê e dos demais participantes. Em seguida, questionou se algum dos membros gostaria de apresentar itens extrapauta. Não houve interessados em apresentar itens extrapauta.

2. Apreciação das atas das reuniões anteriores

Considerando que a minuta da ata da 13ª Reunião Ordinária foi distribuída previamente aos participantes, por e-mail, e que não houve pedidos de alterações, o **Presidente do CPPP** propôs aos membros a supressão da leitura e que a Ata fosse aprovada, se todos os membros estivessem de acordo. Por unanimidade, a Ata foi aprovada.

3. Apresentação, discussão e deliberação sobre os relatórios:

O **Conselheiro da Anatel Emmanoel Campelo de Souza Pereira, Presidente do CPPP** passou a palavra para as associações fazerem as apresentações sobre os temas de sua relatoria. A íntegra dos Relatórios pode ser consultada nos seguintes links, disponibilizados na página do CPPP:

- a) [Métodos atuais de captação de dados de telecomunicações](#) - Relatoria: Abrint;
- b) [Ofertas de MVNO e Regulamento de MVNO](#) - Relatoria: Telcomp;
- c) [Espectro em caráter secundário](#) - Relatoria: Abramulti.

Finalizadas as apresentações, o **Conselheiro da Anatel Emmanoel Campelo de Souza Pereira, Presidente do CPPP** passou a palavra para que os demais membros fizessem comentários sobre os relatórios.

Fabiano André Vergani (Internetsul) fez as seguintes considerações:

Destacou que a Anatel realizou um grande esforço para que as PPPs pudessem participar do leilão do 5G e que o fato de algumas PPPs, a exemplo da Brisanet, terem ganhado a disputa do leilão é um grande avanço.

Afirmou que as PPPs possuem condições de expandir o serviço móvel pelo Brasil, prestando o serviço como MVNOs principalmente nas áreas remotas.

Com a chegada do 5G, abre-se uma oportunidade gigantesca de implementação de soluções baseadas em IoT (internet das coisas). Antigamente a “cereja do bolo” no mercado de TI eram os *hardwares*, mas atualmente são os *softwares*. O mesmo ocorrerá com o acesso aos serviços de telecomunicações

(5G e banda larga fixa), que em breve passarão a ser *commodities* enquanto o IoT será a “cereja do bolo”.

Os operadores locais possuem a vantagem de conhecer as especificidades de suas regiões. Por exemplo, a Serra Gaúcha é uma área importante na produção de uvas e vinhos, e já utiliza algumas aplicações de IoT no campo (para o controle de umidade do solo, dentre outros). Caso haja um crescimento do mercado de MVNOs será possível aumentar a oferta de soluções IoT para os produtores rurais da região.

Na Serra Gaúcha, grande parte das localidades distantes não possuem SMP, mas possuem banda larga fixa de alta velocidade. As PPPs poderiam levar o SMP para essas regiões por meio da utilização do espectro em caráter secundário.

O uso de repetidoras de sinais é limitado pela Agência, pois elas podem interferir na infraestrutura de rede das grandes prestadoras, mas já há algumas soluções que permitem a ampliação do sinal sem causar interferências, inclusive uma delas foi desenvolvida pela Neger Telecom. É preciso estudar soluções disruptivas para levar o serviço móvel às localidades, a exemplo das *phantom cells*.

As grandes operadoras precisam cobrar um preço justo das MVNOs para que elas consigam ofertar um preço competitivo aos consumidores finais. Muitos consumidores finais estão dispostos a pagar um pouco mais caro para uma MVNO para obter um suporte diferenciado, mas esse valor não pode ser muito maior que o preço ofertado por uma prestadora de grande porte.

Por fim, agradeceu ao Conselheiro Emmanoel pela condução do Comitê e o desejou sucesso.

Edmundo Antônio Matarazzo (Abranet) fez os seguintes comentários:

Em relação a coleta de dados, pontuou que quando há um erro em apenas uma linha do arquivo, ele é rejeitado por completo. Ademais, não está claro para muitos prestadores o que deve ser preenchido em cada campo.

Além disso, as prestadoras optantes pelo Simples Nacional possuem dificuldades em apresentar alguns dados financeiros que são requeridos pela Agência, a exemplo da separação da receita entre os serviços de telecomunicações e os Serviços de Valor Adicionado (SVA).

Sugeriu que a periodicidade da coleta de acessos deveria ser revista para os pequenos prestadores dado que há pouca variação na quantidade de acessos de um mês para o outro.

Em relação ao espectro, mencionou a existência de um Parecer da Procuradoria da Anatel que inviabiliza o uso de espectro em caráter secundário.

Por fim, agradeceu ao Conselheiro Emmanoel pela condução do Comitê e o desejou sucesso.

Basílio Rodriguez Perez (Abrint) fez as seguintes considerações:

As PPPs estão insatisfeitas com os remédios regulatórios impostos à Tim, Vivo e Claro pela venda da Oi Móvel.

As restrições impostas ao uso de repetidores de sinais, impossibilita o atendimento aos locais que não têm atendimento com SMP. Caso o SMP estivesse na mesma situação do SCM, com diversas prestadoras ofertando serviço, haveria atendimento aos locais remotos e aumento da inclusão digital.

Argumentou que caso não houvessem sido criadas assimetrias regulatórias para o SCM, mais de 40% da população mais carente do país não teria internet.

Afirmou que as três grandes operadoras de SMP dificultam a entrada de novos prestadores ao disponibilizarem ofertas às MVNOs com valores excessivos. A Agência precisa adotar medidas para encontrar uma solução para esse problema.

Por fim, agradeceu ao Conselheiro Emmanoel pela condução do Comitê e o desejou sucesso.

Tomas Henrique Fuchs (TELCOMP) fez os seguintes comentários:

Ressaltou que há uma diferença entre o modelo de negócios do SCM e do SMP, dado que esse depende de parceria entre as grandes prestadoras e as PPPs.

Essa parceria também traz vantagens para as grandes prestadoras, tendo em vista que sua margem de lucro no mercado de atacado é superior à do varejo, pois os custos do atacado são menores, considerando que os gastos com atendimento e marketing no atacado são infinitamente mais baixos que os do varejo. Sendo assim, as grandes prestadoras precisam enxergar as PPPs como parceiras no mercado móvel, não como ameaças.

Os analistas do mercado dão uma atenção exagerada ao *marketing share* de acessos, mas se esquecem de que ele é apenas um dos componentes do resultado, outros fatores a exemplo do faturamento e lucratividade também precisam ser considerados.

Por fim, agradeceu ao Conselheiro Emmanoel pela condução do Comitê e o desejou sucesso.

Luiz Henrique Barbosa da Silva (TELCOMP) fez os seguintes comentários:

Citou dados que demonstram que a população brasileira está concentrada nas capitais dos estados e na faixa litorânea do país e que apenas 18% do território brasileiro está coberto com SMP. A combinação de MVNOs, ISPs e o uso secundário de espectro é fundamental para a expansão da rede no país.

Afirmou que a qualidade dos dados precisa ser aprimorada, para que sejam evitadas publicações de dados incorretos. Além disso, outros tipos de dados poderiam ser divulgados, a exemplo do *marketing share* de faturamento, de rentabilidade, etc.

Por fim, agradeceu ao Conselheiro Emmanoel pela condução do Comitê e o desejou sucesso.

Tomas Henrique Fuchs (TELCOMP) sugeriu que a Agência utilize ferramentas de inteligência artificial para obter dados do setor de telecomunicações.

Robson Lima da Silva (Abramulti) fez os seguintes comentários:

Corroborou com o que foi dito por Luiz Henrique, em relação a importância da parceria entre as grandes prestadoras e as PPPs, ao citar que cerca de 30 a 40% da rede de fibra óptica das grandes prestadoras é utilizada pelas PPPs.

Afirmou que o MNVO é uma grande oportunidade de as PPPs levarem conectividade móvel para o país.

Elogiou a realização do Conecta Brasil e demonstrou satisfação por representantes do setor de energia elétrica apoiarem a existência de uma entidade gestora neutra dos postes. Mencionou que o serviço de iluminação

pública tem um exemplo parecido de sucesso, no qual as prefeituras ficaram responsáveis por gerir e fiscalizar o serviço.

Afirmou que algumas PPPs têm receio de fornecer os mapas de suas redes em formato kml ou kmz para a Anatel e eles chegarem ao conhecimento das distribuidoras de energia. Essa preocupação atinge principalmente as prestadoras que utilizam a revelia os postes das distribuidoras. Grande parte das prestadoras estão nessa situação devido à lentidão das distribuidoras de energia em analisar os pedidos de compartilhamento.

Por fim, agradeceu ao Conselheiro Emmanoel pela condução do Comitê e o desejou sucesso.

Pedro Lucas da Cruz Pereira Araújo (Ministério das Comunicações) fez as seguintes considerações:

Elogiou a realização do Conecta Brasil, que teve como tema central o compartilhamento de postes.

Pediu para os relatores dos temas do CPPP disponibilizarem os materiais com uma maior antecedência, a fim de que os demais participantes possam avaliá-los com maior profundidade e possam dar um encaminhamento mais concreto aos temas.

Mencionou que o Ministério das Comunicações e a Anatel recebem diversas demandas de prefeituras e câmaras municipais referentes a repetidoras de sinais. Em muitos casos, há municípios que construíram as torres e descobrem que não é possível utilizar as repetidoras de sinal sem a permissão das prestadoras.

Corroborou com o diagnóstico de que muitas áreas remotas que não possuem SMP estão atendidas com SCM. Em sua visão, alguns temas, a exemplo do uso de repetidoras de sinais, MVNO e cobertura, precisam ser abordados com mais profundidade no âmbito das discussões de competição.

Ressaltou a importância das operadoras MVNOs na implantação de políticas públicas. Citou como exemplo o programa Internet Brasil do Ministério das Comunicações, o qual teve adesão somente de operadoras MVNOs.

Ressaltou que o Ministério das Comunicações e a Anatel precisam de dados das prestadoras para subsidiar as políticas públicas, e que o custo de produção desses dados é avaliado, a fim de não onerar excessivamente as prestadoras. Quanto a coleta dos dados de tráfego, explicou que ela é necessária para se fazer o reporte de um indicador da UIT.

Por fim, agradeceu ao Conselheiro Emmanoel pela condução do Comitê e o desejou sucesso.

Vinícius Oliveira Caram Guimarães (SOR) fez os seguintes comentários:

Afirmou que grande parte das pautas apresentadas pelo CPPP foram endereçadas pela Agência. No âmbito da SOR, o Regulamento do Uso de Espectro - RUE está sendo revisado, visando dar uma maior dinamicidade ao uso de espectro em caráter secundário.

Mencionou que o uso de reforçadores de sinais está sendo avaliado pela Agência. Citou também que está sendo avaliada a criação de uma ORPA de espectro no âmbito do PGMC.

Por fim, agradeceu ao Conselheiro Emmanoel pela condução do Comitê e o desejou sucesso.

Cristiana Camarate Silveira Martins Leão Quinalia (SRC) agradeceu ao Conselheiro Emmanoel a oportunidade de dialogar com as PPPs, reforçou a importância delas para o mercado e colocou a SRC à disposição para ampliar as discussões envolvendo temas consumeristas.

Nilo Pasquali (SPR) fez os seguintes comentários:

Colocou a SPR à disposição para discutir com os membros do CPPP melhorias na coleta de dados de acessos e de infraestrutura. Citou que a Agência já mapeou algumas melhorias a serem implementadas, algumas delas coincidem com as sugestões apresentadas pela Abrint.

Esclareceu que em breve será aprovada a liberação dos recursos do FUST e que um dos requisitos para sua liberação é que a prestadora esteja com dados atualizados na Agência.

Por fim, agradeceu ao Conselheiro Emmanoel pela condução do Comitê e o desejo sucesso.

Raquel Joyce Araujo da Silva Salgado (CPRP) fez as seguintes considerações:

Afirmou que a SCP está aberta para dialogar com as prestadoras, dado que elas possuem informações importantes que podem reduzir a assimetria de informações, o que aperfeiçoará as medidas regulatórias adotadas pela Agência.

Reforçou a importância de não se confundir o roaming e o MVNO. Cada um desses instrumentos regulatórios possui suas características e especificidades e, por essa razão, merecem tratamentos diferenciados, caso contrário haverá conflitos entre as prestadoras.

Por fim, agradeceu ao Conselheiro Emmanoel pela condução do Comitê e o desejo sucesso.

O Conselheiro da Anatel Emmanoel Campelo de Souza Pereira, Presidente do CPPP agradeceu os elogios feitos pelos membros do CPPP em relação a sua atuação durante o mandato que se encerra no dia 04 de novembro de 2022 e informou que em breve a Secretaria do CPPP entrará em contato com os membros para tratar da sucessão da Presidência e dos temas e datas das próximas reuniões do Comitê.

Em seguida, fez um discurso parabenizando os membros pelos trabalhos realizados no Comitê desde o seu início, bem como reconhecendo a importância das PPPs na inclusão digital brasileira.

Na sequência, perguntou se mais algum membro teria alguma consideração a fazer. Não houve manifestações.

4. Encerramento.

O Conselheiro da Anatel Emmanoel Campelo de Souza Pereira, Presidente do CPPP agradeceu a participação dos membros, destacando que todo o conteúdo discutido será repassado para apreciação do Conselho Diretor da Anatel.

A reunião foi então encerrada pelo Presidente do CPPP.